

## A CRIANÇA NA HISTÓRIA: REFLEXÕES DESDE GÊNESE DO SENTIMENTO DE INFÂNCIA ÀS DENÚNCIAS SOBRE ADULTIZAÇÃO NAS REDES SOCIAIS

### THE CHILD IN THE HISTORY: REFLECTIONS FROM CHILDHOOD FEELING GENESIS TO ADULTIFICATION ON SOCIAL MEDIA

### EL NIÑO EN LA HISTORIA: REFLEXIONES DESDE EL ORIGEN DEL CONCEPTO DE INFANCIA HASTA LAS ACUSACIONES DE ADULTIFICACIÓN EN LAS REDES SOCIALES

Juliana Xavier Moimás<sup>1</sup>  
Viviane Jaqueline Peron Ferreira<sup>2</sup>  
Luciana Aparecida de Araujo<sup>3</sup>

**RESUMO:** Desde o surgimento do sentimento de infância, é flagrante a contradição experienciada pelas crianças em uma sociedade que as entende como frágeis e dignas de proteção, mas que as constrange em condições de existência cada vez mais complexas, como o que temos visto nas redes sociais. O presente artigo tem por objetivo tecer reflexões embasadas nas Teorias da Infância, especificamente a Sociologia da Infância e a História Social da Infância, de forma a lançar luzes sobre a realidade nociva que tem se apresentado no universo on-line, tentando compreender, por meio da teoria, que adultos nos tornamos e quais as consequências para as crianças do presente. Este artigo toma como metodologia a pesquisa bibliográfica e a discussão de natureza crítico interpretativa do fenômeno em questão. Os resultados evidenciam necessidade de reafirmarmos a importância da luta pela infância e pelos direitos das crianças, utilizando inclusive as mídias sociais para a divulgação da causa.

**Palavras-chave:** Mídias sociais. Criança. Infância.

---

<sup>1</sup> Mestre e doutoranda em Educação pela Faculdade de Filosofia e Ciências - UNESP - Campus de Marília. Atualmente é diretora de escola municipal, na cidade de Birigui - São Paulo. Membro do Grupo de Estudos em Pesquisa Pedagógica e Cultura Científica (GEPPECC).

<sup>2</sup> Doutoranda em Educação pela Faculdade de Filosofia e Ciências FFC/UNESP, Campus de Marília, Mestra em Educação pela Faculdade de Filosofia e Ciências, FFC/ UNESP, Campus de Marília. Diretora de Escola na Prefeitura Municipal de Lins/ SP. Membro do Grupo de Estudos em Pesquisa Pedagógica e Cultura Científica (GEPPECC).

<sup>3</sup> Mestrado e doutorado em Educação. Tem Livre Docência em Pesquisa Pedagógica. É Professora Adjunta do Departamento de Didática, atuando na graduação e Pós- Graduação da FFC/ Unesp/ Marília. Líder do Grupo de Estudos em Pesquisa Pedagógica e Cultura Científica (GEPPECC).

**ABSTRACT:** Since the emergence of the feeling of childhood, it's blatant the contradiction experienced by children in a society which sees them as fragile and worthy of protection, but that constrains them in increasingly complex living conditions, like the ones we've seen on social media. This article aims to offer reflections based on Theories of Childhood, specifically the Sociology of Childhood and the Social History of Childhood. In order to shed light on the harmful reality that has emerged in the online world, attempting to understand, through theory, what kind of adults we have become and what the consequences are for children today. This article uses bibliographic research and a critical-interpretative discussion of the phenomenon in question as its methodology. The results highlight the need to reaffirm the importance of fighting for childhood and children's rights, including using social media to promote the cause.

**Keywords:** Social media. Child. Childhood.

**RESUMEN:** Desde la aparición del concepto de infancia, resulta impactante la contradicción que experimentan los niños en una sociedad que los considera frágiles y merecedores de protección, pero que a la vez los somete a condiciones de vida cada vez más complejas, como se observa en las redes sociales. Este artículo busca ofrecer reflexiones basadas en las Teorías de la Infancia, específicamente la Sociología de la Infancia y la Historia Social de la Infancia, para esclarecer la dañina realidad que ha surgido en el mundo digital, intentando comprender, a través de la teoría, en qué tipo de adultos nos hemos convertido y cuáles son las consecuencias para los niños de hoy. Este artículo emplea como metodología la investigación bibliográfica y un análisis crítico-interpretativo del fenómeno en cuestión. Los resultados resaltan la necesidad de reafirmar la importancia de la lucha por la infancia y los derechos de los niños, incluyendo el uso de las redes sociales para promover esta causa.

**Palabras clave:** Mídias sociais. Niño. Infancia.

## INTRODUÇÃO

Recentemente, foi trazido a público pelo *youtuber* e influenciador digital Felca - Felipe Bressanim Pereira, a questão da adultização das crianças nas redes sociais, bem como o alerta aos perigos a que as mesmas têm sido expostas. Foram discutidos no vídeo em questão<sup>4</sup> a falta de vigilância dos adultos que deveriam resguardar a segurança das crianças e adolescentes nas redes sociais, bem como a denúncia daqueles que lucram economicamente com a exposição dos mesmos, em flagrante sexualização precoce.

---

<sup>4</sup> A esse respeito, consultar o vídeo na íntegra: <https://www.youtube.com/watch?v=FpsCzFGLiLE>.

O acirramento das condições sociais nas quais as crianças vivem não é um fato novo. Concordamos que as crianças vivem em uma evidente contradição social desde o surgimento do sentimento de infância: temos adultos que as entendem como frágeis e dignas de proteção, mas que as constroem em situações de vida cada vez mais complexas, como as que experienciamos nas redes sociais.

O presente artigo tem por objetivo tecer reflexões embasadas nas Teorias da Infância, especificamente a Sociologia da Infância e a História Social da Infância, de forma a lançar luzes sobre a realidade nociva que tem se apresentado no universo *on-line*, tentando compreender, por meio da teoria, que adultos nos tornamos e quais as consequências para as crianças do presente.

Diante disso, este artigo se configura como pesquisa de natureza bibliográfica, a partir de cuja fundamentação se estabeleceu uma discussão de natureza crítico-interpretativa do fenômeno em questão: a adultização de crianças nas redes sociais.

### **A construção dos conceitos de criança e infância**

O que se pode entender por “criança” e “infância”? Esta é uma questão aparentemente simples de responder. No senso comum, ou para os mais desavisados, ser criança é “viver no mundo da fantasia”, “não ter preocupações, como contas a pagar” e/ou “viver a melhor fase da vida, uma fase em que viver é só estudar e brincar”.

É fato que nem todas as crianças vivem a mesma experiência de infância, na forma como descrita anteriormente. Muitas delas se tornam invisíveis aos olhos das estatísticas oficiais, estando ausentes da escola, longe do alcance de seus direitos sociais e infantis, sendo exploradas no campo do trabalho, prostituindo-se, sendo vítimas da pobreza, do preconceito e sofrendo violências de todos os tipos. Nem mesmo a suposta “infância protegida” está à salvo das contradições que engendram as crianças hoje, como veremos adiante.

Será que as “crianças invisíveis” por estarem longe dos predicados que comumente caracterizam a infância, deixam de ser crianças? Vemos que existem diferentes concepções de criança, as quais se distinguem a partir de diferentes pontos de vista teóricos e que acabam por contribuir para formar múltiplos conceitos dentro dos diversos grupos sociais. Assim, podemos afirmar com segurança que “criança” e “infância” são conceitos históricos e socialmente construídos e que não existe uma infância única, mas diversas experiências sobre como seria esta fase da vida, mesmo em situações de vida extremas.

Um exercício interessante, antes de discutirmos os problemas sociais enfrentados pelas

crianças hoje, é que pensemos melhor sobre quais são e como se construíram as diferentes concepções de infância na sociedade ocidental, pensando na história e no status admitido epistemológica e socialmente pelas crianças e pela infância, percorrendo, brevemente, os caminhos reflexivos da humanidade e que resultam na forma como esses conceitos se apresentam atualmente. Adiantamos que admitiremos que tais conceitos consolidam-se na ideia de criança como categoria social, que é a visão que defendemos teoricamente. Como pretendemos demonstrar, a história pode nos fornecer pistas importantes para analisar os problemas atuais a que as crianças estão expostas.

Sendo assim, o que é mesmo infância? Quem são os habitantes desse conceito/tempo de vida/“paraíso” cheio de contradições?

Etimologicamente, a palavra infância provém do latim, *infantia*; do verbo *fari*, falar, mais especificamente, acrescido de sua negação *in*, designando aquele que não fala ou não adquiriu meios próprios de expressão ou para comunicar-se articuladamente (PAGNI PA, 2010).

Para Pagni PA (2010, p.100), o prefixo *in* sugere mais do que uma ausência, mas uma condição própria do pensamento da criança “que ainda não se encontra pronto nem acabado, que ainda não se pode expressar ou comunicar em termos lógicos, linguísticos ou pragmáticos”. A palavra *infante* aparece atribuída a outras classes marginais que não participam da atividade pública. Por sua vez, e de mesma raiz latina, criança vem de *creantia*, significando criação ou, *criare*, seguida do sufixo *ança*, que representa ação. Dessa forma, criança é aquela que precisa ser criada, ensinada.

Com essas definições demonstra-se desde a semântica a diferenciação entre os mundos da criança e do adulto pela via da negatividade, ao mesmo tempo em que são fornecidos indícios sobre algumas formas históricas pelas quais as crianças foram tratadas. Para Kramer S (2001) e Kohan WO (2005), a criança é comumente entendida pela via de oposição ao adulto e atribuindo-se a esta o caráter de incompletude, inferioridade, fragilidade, ou considerando-se este como um período da vida a ser superado.

Para Heywood C (2004), a infância pode ser compreendida como uma etapa da vida dos indivíduos a qual todos estão irremediavelmente atrelados em sua biografia existencial. Dessa forma, os significados dessa fase da vida derivam não apenas de sua admissão como estatuto social, mas também do senso comum e daquilo que todos os seres humanos tiveram como experiência em um determinado momento.

Ainda conforme este autor, todas as sociedades, em todas as épocas ocuparam-se do

conceito de infância, ou da noção de que a criança pode ser diferenciada dos adultos de várias formas. As concepções de infância especificam essas formas de distinção, seja no que diz respeito à duração, qualidades e características ou importância dada à infância. Kramer S (2001, p.16) alerta para o perigo de que se adote unicamente uma concepção abstrata de infância, pois “está-se analisando a criança como natureza infantil distanciada de suas condições objetivas de vida”.

Neste ponto, é importante que nos desviemos da visão ideal e romantizada de infância como período da inocência e da pureza, bem como se procurar o afastamento da indiferença e do silenciamento ao qual a infância foi relegada durante séculos, em segundo plano na dinâmica social.

As teorizações sobre infância, de acordo com Jenks C (2002, p.186), são marcadas pelo paradoxo constante. A criança habita este mundo, é familiar, mas ao mesmo tempo parece representar “uma ordem do ser sistematicamente diferente”. Conforme Nascimento MLBP (2015), há uma certa inquietação da sociedade adulta em relação à infância, pois, se por um lado prevalece a sensação de semelhança, condicionada ao fato de que a criança se tornará adulto um dia, por outro, estabelece-se um estranhamento com relação à forma da criança lidar com o mundo.

A esse respeito, Kuhlmann Júnior M (2001, p. 31) afirma que a infância não deve ser outro mundo sobre o qual é construída uma imagem mítica, pois a interação é o espaço em que a criança se desenvolve, caracterizando-se como sujeito histórico, social e cultural. Nesse sentido:

É preciso considerar a infância como uma condição da criança. O conjunto das experiências vividas por elas em diferentes lugares históricos, geográficos e sociais é muito mais do que uma representação dos adultos sobre essa fase da vida. É preciso conhecer as representações da infância e considerar as crianças concretas, localizá-las nas relações sociais, etc, reconhecê-las como produtoras da história. (KUHLMANN JÚNIOR M, 2001, p. 31).

Uma das perspectivas geralmente levantadas no que se refere à delimitação da criança e da infância é o horizonte etário. Sarmiento MJ e Pinto M (1997) asseveram que não há um consenso sobre o que definiria o que é ser criança. Para os autores, o debate se intensifica quando se procura estabelecer o final da infância.

A tradição jurídica estipula a idade de dezoito anos (vide Convenção dos Direitos da Criança), coincidindo com o alcance pleno dos direitos civis e da imputabilidade criminal. Já a lei brasileira, no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), define como criança o indivíduo com até doze anos incompletos. Outras tradições e culturas estabelecerão limites diversos e ritos

de passagem para demarcar o início da vida adulta, como a puberdade, por exemplo.

Ainda segundo Sarmiento MJ e Pinto M (1997), a escola será uma instituição importante na determinação etária da infância, ao organizar-se em ciclos de escolaridade que situam intuitivamente a escola das crianças e a escola dos adolescentes. Dessa forma, a infância coincidiria, em tese, com sua situação de institucionalização ou confinamento escolar.

De forma geral, pode-se perceber que a definição de limites etários sobre qual período caracteriza a infância, bem como o arquétipo de criança, é algo arbitrário e um terreno de disputa política e social, localizado no horizonte dos discursos adultos dominantes histórica e socialmente.

Para Freitas MC (2003), a análise histórica das imagens que se cristalizaram sobre a infância está intimamente ligada ao discurso e práticas narrativas de quem as profere, em cada território epistemológico.

Heywood C (2004) afirma que a ênfase dada tradicionalmente pela Psicologia, Antropologia, Sociologia e Psicanálise – às quais se pode acrescentar a Pedagogia, a Filosofia e a História - concerne à evolução e socialização, encarando a criança como ser imaturo, em preparação para ser adulto racional e autônomo. Com efeito, as teorizações tradicionais de infância são talhadas relativamente ao adulto, direcionando-se para a resolução do paradoxo de ser criança pela sua transformação.

6

Como se pode perceber, as definições tradicionais possuem em comum a pretensão de estabelecer um ideal universalizante e naturalizante no que se refere à infância e à criança, assim como contribuem para negligenciar a experiência social e individual da infância. Esta passa a ser referenciada no bojo do panorama adultocêntrico, no qual a criança é assumida como ser passivo e incapaz, cujo desenvolvimento é maturacional e cuja socialização se dá de forma unilateral. Nessa ordem, a infância seria vista como uma fase, associada à metáfora do crescimento na direção de um mundo adulto organizado, equilibrado, ideal e a criança seria reflexo de um modelo desejável, mas uma “presença ausente, despotenciada” durante esse processo.

A existência de paradigmas tradicionais tem sido questionada, uma vez que condicionam as crianças a uma posição subordinada e marginalizada na estrutura social, contudo, os progressos nos discursos nas diferentes áreas, com destaque à Sociologia da Infância, a qual assume uma proposta de diálogo com os demais campos, têm refinado e até contrariado essa perspectiva, contribuindo para a sustentação do entendimento de que a infância não existe como

categoria social estática, mas como um conceito relativo e que está em permanente elaboração e transformação.

Para Sarmiento MJ e Pinto M (1997), a infância não é uma experiência universal, nem um fato natural, de duração fixa e definição monolítica, mas é particularmente construída, na multivariabilidade de condições sociais e posições que a criança ocupa em seus contextos de pertença, exprimindo diferenças individuais relativas a gênero, etnia, classe e história. Cada cultura, bem como cada história individual, condiciona a existência de diferentes infâncias. Nessa perspectiva, reconhecendo essa pluralidade de representações simbólicas, não faz sentido a presunção de estabelecer uma verdade única para uma única infância, mas ponderar sobre as diversas imagens da mesma, reconstruídas e socialmente interpretadas no âmago dos processos sociais que lhe dão origem.

Para Kohan WO (2005), tanto se tem tentado discriminar na infância e projetar o futuro que pouco se sabe das potências e forças reais da criança. A esse respeito, corroboram Dahlberg G, et al. (2003, p.63-64), afirmando que a perspectiva pós-moderna, marco da contemporaneidade:

[...] Descentraliza a criança, considerando que ela existe através de suas relações com os outros, sempre em um contexto particular [...]. A partir de nossa perspectiva pós-moderna, não existe algo como “a criança” ou “a infância”, um ser e um estado essencial esperando para ser descoberto, definido e entendido, de forma que possamos dizer a nós mesmos e aos outros “o que as crianças são e o que a infância é”. Em vez disso, há muitas crianças e muitas infâncias, cada uma construída por nossos “entendimentos de infância e do que as crianças são e devem ser”. Em lugar de esperarmos que o conhecimento científico nos diga quem é a criança, temos escolhas a fazer sobre o que achamos que ela é, e essas escolhas têm uma enorme importância, pois a nossa construção de crianças também é produtiva.

7

Sendo assim, ponderamos que responder o que é “criança”, como as crianças se sentem e como é seu mundo, bem como caracterizar a “infância” são questões muito difíceis de serem respondidas, não havendo um sentido único ou resposta absoluta, mas uma série de olhares e pontos de vista. O que temos como certeza é que devemos escapar da armadilha de fazer leituras rasas sobre as crianças, partindo do senso comum ou da contraposição ao adulto, mas compreendê-las em seus contextos de pertença, a partir do estudo de seus próprios mundos de vida, formas de ser, pensar e compreender a realidade que as cerca.

Tais mundos de vida nos levam a uma concepção própria da Sociologia da Infância, combinando com uma perspectiva pós-moderna, na qual as crianças se tornam habitantes da infância (as quais sucedem-se no tempo e no espaço, ou seja, novas crianças habitarão esse espaço, dando origem a novas gerações), agentes de sua própria história, sendo protagonistas

também na dimensão social, capazes de influir em seus destinos, produzir suas próprias culturas de pares e, sobretudo, configuraram-se como categoria social de tipo geracional, ou seja, partes importantes da sociedade tanto quanto a “adulter” e a “velhice”, bem como influenciadas em suas vivências pelos mesmos parâmetros sociais que afetam as demais categorias sociais (economia, história, cultura, entre outros).

### **As crianças e a infância na história**

Completando o que refletimos até este ponto, não podemos afirmar a linearidade dos processos que as crianças e a infância têm experienciado. Não como se houvesse uma evolução dos conceitos, uma vez que a dinâmica social de como as crianças são compreendidas historicamente é bastante errática, necessitando ser contextualizada em cada sociedade e em cada momento histórico. Um exemplo disso é que mesmo hoje situamos as crianças em pleno paradoxo na sociedade brasileira: crianças supostamente superprotegidas convivem com aquelas às margens da sociedade, em situação de extrema pobreza e toda a sorte de exclusões e invisibilizações. Talvez possamos até mesmo ampliar essa assertão para a infância mundial, uma vez que convivemos com a globalização que, por um lado, aumenta a circulação de bens, pessoas, serviços e conceitos, mas por outro acirra as desigualdades mundiais.

8

Philippe Ariés, historiador francês, desenvolve um trabalho pioneiro na historiografia acerca da concepção de infância, observando as representações desta no contexto europeu ocidental, especificamente francês, compreendendo o intervalo que se inicia na época medieval até a modernidade. Por meio do trabalho com a iconografia, diários, cartas, dentre outros materiais, esse autor sustenta a tese de que o mundo medieval ignorava a criança, sendo desprovido de um sentimento de infância ou da consciência sobre as particularidades infantis que distinguem a criança do adulto (não havia o sentimento de “vergonha”, havendo certa promiscuidade entre as crianças e as outras fases da vida, como resultado de um modo próprio de viver daquele momento. A criança participaria de todas as atividades, desde jogos às atividades sexuais). Kuhlmann Júnior M (2001), corrobora com a ideia da ausência de problematização da infância desse período em virtude de sua irrelevância como objeto discursivo ou como figura social.

Pinto M (1997) reforça que a Idade Média representou uma decaída da sensibilidade relativa à infância, a qual é retomada com a modernidade.

Para Ariés P (1986), as crianças da Idade Média eram vistas como miniadultos e tão logo

fossem capazes, eram destinadas ao convívio com estes, sem qualquer disposição ou preparação, compartilhando com os adultos atividades lúdicas, produtivas e educacionais. A passagem da criança pela família (lembrando os altos índices de mortalidade) era bastante insignificante, até que estas pudessem tomar ocupações produtivas, as quais revertersem sua existência em benefício do grupo social.

Ariés P (1986) ainda utiliza diferentes evidências para inferir sobre a tese de mudança de paradigmas da Idade Média, com o aparecimento da infância como invenção moderna. Pinto M (1997), se referindo à obra deste, resume que a partir do século XVI, a criança vai adquirindo especificidade em relação ao adulto, o que Ariés demonstra a partir de diversos indícios como os trajas e o aparecimento das crianças nas obras de arte<sup>5</sup>.

Os séculos XVI e XVII, conforme demonstrado por Ariés P (1986), caracterizam-se por uma concepção de infância como época da inocência e fragilidade. Já no século XVIII inaugura-se a construção da ideia de infância moderna, autônoma, ligada ao sentimento de família burguesa e à responsabilidade desta, que tem o dever moral e espiritual de educar a criança. Assim, a criança passa a ser herdeira de riquezas, misérias e valores sociais, dependendo de sua origem e, com o século XIX, nota-se a emergência da ideia de infância como valor emocional inquestionável.

A partir disso, podemos considerar que a infância se transforma com o tempo e com os diferentes contextos sociais, geográficos e econômicos, inclusive com as peculiaridades individuais. A criança de hoje não será igual as do século passado, muito menos iguais às que estão por vir. Seu papel e inserção (e/ou exclusão?) se transformam conjuntamente à sociedade capitalista, globalizada e urbano-industrial.

Cohn C (2005) ressalta a importância do trabalho de Ariés, pois sem a compreensão histórica da infância não conseguiríamos entender a visão atual da criança como sujeito de direitos. Ou seja, é diante do surgimento do sentimento de infância que faz sentido culminarmos na defesa social dos direitos da criança (não das mães e pais, mas da criança em si), sejam eles, como entendemos hoje, direitos humanos, sociais, de proteção e até mesmo de participação, esses últimos sendo ainda bastante polêmicos, visto que a sociedade insiste na menoridade da criança e não a compreende como capaz de participar politicamente em seus

---

<sup>5</sup> É importante considerar que a obra de Ariés P (1986) sofreu críticas também no sentido de sua linearidade. Autores como Heywood C (2004) ressaltam a emergência social da criança muito antes, a despeito da filosofia grega e mesmo no século XVIII, conforme obras de Locke, Rousseau e dos primeiros românticos, os quais também se preocupavam com o desenvolvimento das crianças e sua educação.

contextos sociais. Sendo assim, ainda falamos da criança como em posse de uma cidadania restrita.

No ocidente, notamos que a particularização da infância ganha forças mesmo a partir do século XVIII, culminando na ideia plenamente aceita nos séculos XIX e XX, segundo a qual as crianças precisam ser administradas simbolicamente, passando do controle dos pais ao da escola, acompanhada pelo avanço das ciências como Psicologia, Antropologia, Sociologia, dentre outras tantas.

A infância e a criança se consolidam como objeto de estudos e saberes de diferentes áreas, como um campo temático de natureza interdisciplinar. A criança, assim sendo, passa a ser “visível”, como estatuto teórico.

Quando pensamos na infância enquanto produção teórico-cultural da pós-modernidade, não conseguimos imaginá-la como algo acabado, estático. Conforme Moimás JX (2020), a própria criança se coloca como um “devir”, incorporando a ideia de dinamismo. Assim, pensar a criança hoje aponta para a observação de sua singularidade, dos diversos significados de sua infância particular, como já refletimos.

Convém fazer um parêntese para pensarmos na criança brasileira. Conforme os estudos de Moimás JX (2020), a história da infância no Brasil se confunde com a marca da formação da sociedade brasileira, caracterizada pelo preconceito, exploração, abandono, exclusão e desigualdade. Desde o início, as crianças brasileiras receberam tratamentos diferenciados em virtude de sua classe, com direitos e lugares distintos na dinâmica social.

A desigualdade a que nos referimos assume diversos contornos, os quais remontam à distribuição da terra, renda, saber, direitos e à possibilidade de exercício da própria cidadania. Brillhantes autores como Del Priore M (2000) e Kramer S (2001) pontuam as condições de vida e educação desgradantes da criança brasileira, desde a colônia ao estatuto moderno, no qual surge a visão de criança como “menor desvalida”, nos levando a concluir que o tempo trouxe poucas mudanças qualitativas para os pequenos brasileiros. A criança das camadas operárias, pobres e marginalizadas receberam, desde sua gênese conotação valorativa negativa (“menor”). A infância abandonada, muito frequente e característica do período moderno, passa a ser administradas pelo Estado, marcada pela superioridade deste e pela atuação emergencial, para que as crianças não se tornassem um “risco” para a sociedade.

Tal situação encontra vias de mudança com a promulgação do Estatuto da Criança e do adolescente (1990), alçando os “menores” ao estatuto de “criança”, cidadã de direitos e

destinatária de políticas sociais.

Apesar de que a criança volte ao lugar social de ser humano, sujeito construído histórica e socialmente, sua existência muitas vezes ainda passa distante do “sonho da criança idealizada, de classe média”.

Quando pensamos na criança na contemporaneidade, percebemos que seu lugar social é marcado por todas as contradições do mundo pós-moderno. O conceito de pós-moderno está ligado, portanto, às transformações que caracterizam o fim ou a crise da modernidade, afinando-se ao desencanto e à incerteza, de acordo com Lyotard JF (1986), ao império do consumo e da comunicação de massa, ao surto da individualização, do hedonismo, da perda da fé no futuro revolucionário e nas militâncias políticas, dentre outros efeitos.

Conforme Bauman Z (2001), a pós-modernidade inverterá os valores fundamentais da modernidade; preferirá a singularidade à universalidade; o conhecimento local em detrimento das metanarrativas; as perspectivas múltiplas e a complexidade à unicidade; a diversidade ao consenso; a ambivalência à certeza; a construção de significado à verdade; a possibilidade do acaso histórico em detrimento do progresso para um fim determinado.

Dessa forma, a perspectiva pós-moderna influencia a ideia de infância por determinar, conforme Sarmiento MJ (2004), o processo de reinstitucionalização desta nos planos estrutural e simbólico. Verificaremos que se expande a criação de escolas, a centralidade da família no cuidado dos filhos, a produção de disciplinas e saberes para administração simbólica da infância e a presença do Estado na criação de leis protecionistas, conforme Marchi RC (2007), mas, em contraposição a isso, se dá a crise das instâncias de legitimação dessas medidas e das narrativas que as justificam, gerando consequências para o estatuto social da infância e a complexificação de suas condições de vida.

Segundo Sarmiento MJ (2001) e Marchi RC (2007), a globalização é um dos fatores mais influentes e contraditórios na quebra dos paradigmas da infância e na emergência de novas circunstâncias e condições de vida das crianças em todo o mundo. Como uma via de mão dupla, a globalização atua na acentuação das desigualdades sociais que incidem fortemente sobre as crianças, pluralizando as infâncias, ao passo em que também contribui para a propagação da ideia de uma só infância mundial, pela veiculação de elementos homogeneizadores.

Para esses autores, os efeitos da globalização da infância são resultado de processos políticos (como a regulação de organismos internacionais), econômicos (como a criança ser transformada em mercado consumidor), culturais (por exemplo, com a criação de mitos infantis

provenientes de séries de televisão) e sociais (como a institucionalização dos cotidianos infantis), surgidos no bojo da segunda modernidade. Acrescentamos a esses aspectos o problema que nos move a escrever esta reflexão: a adultização infantil e a questão das redes sociais sem moderação.

Sarmento MJ (2001) esclarece que a globalização da infância repercute em dois movimentos paralelos. Por um lado, contra-hegemonicamente, surge o paradigma atual da infância investida de direitos, amplamente reconhecido e proliferaram os movimentos pela cidadania da infância. Por outro lado, a mesma infância tem seu status social diminuído, quando se considera que é na infância o ponto nevrálgico sobre o qual incidem os problemas da globalização hegemônica, como a desigualdade social, produtora da exclusão das crianças ao acesso a direitos sociais, fazendo surgir a consideração dos problemas sociais da infância e/ou enxergando-se a criança como problema social.

Questionamo-nos que com a ausência de preocupação dos adultos pelo que ocorre com as crianças nas redes sociais (e mais gravemente, com milhões de adultos consumindo conteúdos nos quais as crianças são colocadas em situações degradantes) deflagra-se uma nova visão na qual voltamos a naturalizar o desprezo (ou falta de cuidado, no mínimo) pela infância. Talvez não seja exagero pensar que estaríamos fazendo tal e qual Ariés pontuou que acontecia na Idade Média, apenas com maior complexidade, devido à tecnologia e à circulação acelerada de informações.

Para Sarmento MJ e Pinto M (1997) e Corsaro WA (2011), o panorama contemporâneo tem como consequência o fato de que o discurso que circula socialmente sobre a infância se constitui em torno de valores paradoxais, como, por exemplo, adultos que gostam e desejam as crianças, mas têm cada vez menos filhos e menos tempo para os mesmos; que valorizam a educação para a democracia, mas cujas escolas são organizadas para o controle e para a disciplina. Para Sarmento MJ e Marchi RC (2008) e Mollo-Bouvier S (2005), as mudanças societárias contemporâneas provocaram o esfacelamento da centralidade da criança descrita por Ariés P (1986) e deixaram transparecer na sociedade atual uma hostilidade perante a infância, embora a importância da criança seja apregoada no nível dos discursos socialmente aceitos. Qvortrup (2011) entende que não existe tal hostilidade, mas a permanência da tendência secular de considerar outros aspectos da vida em detrimento das crianças.

Entendemos que a criança, em nossas sociedades, é econômica, social e politicamente marginalizada e isto ainda é justificado ideologicamente nos termos de uma suposta natureza

infantil fraca, impotente e incompleta. Pensamos existir uma dissimulação ideológica da rejeição social da infância, somada aos processos de camuflagem das desigualdades sociais a que as crianças acabam sendo expostas, daí a demora em notar-se a estranheza do que lhes ocorre por meio da ação dos adultos.

É contraditório, mas o individualismo característico da sociedade em que vivemos faz com que o problema da criança seja “do outro”, dos pais, responsáveis e afins, nunca de todos os adultos, embora a corresponsabilização esteja na lei brasileira e seja apregoada publicamente, servindo mais como uma camuflagem para um real desinteresse dos adultos, em nosso modo de ver, visto que direitos infantis estão muito mais no papel que nas práticas cotidianas.

Mesmo que a situação social da infância esteja escancarada aos olhos de todos (virtualmente até), não existe grande compromisso da coletividade pelos destinos das crianças, fazendo com que os movimentos de luta pela infância ainda sejam poucos diante do número de crianças e adultos indiferentes. Isso garante a permanência social de grandes absurdos que assolam a infância durante tantos anos, bem como a possibilidade de emergência de tantos outros, como a questão das mídias sociais.

### **O cerne da discussão: a adultização nas redes sociais em contraponto à história e sociedade atuais**

Para situar nossos leitores, o teor da denúncia realizada pelo *influencer* Felca abrange os conteúdos veiculados nas plataformas *TikTok* e *Youtube*, com outros *influencers* que se utilizam da imagem de crianças e adolescentes (com autorização dos pais) em situações de sexualização precoce, como forma de monetização para seus canais. As situações veiculadas envolvem colocar adolescentes em casas de alto padrão para filmar *reality shows* regados a bebida, roupas decotadas, o estímulo a atitudes sexualizadas, gravidez adolescente, modificação dos corpos ao “patrocinar” colocação de silicone nas adolescentes, entre outras.

A denúncia se amplia para pais que utilizam a imagem dos filhos hiperestimulando atitudes que não seriam próprias das crianças, como querer gravar conteúdos, obter seguidores, entre outras. Como exemplos do quanto isso ocorre há anos, citamos casos mais antigos e amplamente conhecidos como o de Alana Thompson, conhecida como *Honey Boo Boo*, no qual a criança, participante de diversos concursos de beleza, ganhou seu próprio *reality show* na televisão a cabo americana, devido a sua personalidade peculiar e tida como engraçada pelos adultos. Para seu desempenho frente às câmeras, a mãe oferecia energéticos e hiperestimulantes

à criança, a fim de que aparecesse agitada ou espevitada demais, como efeito cômico.

Judy Garland (nascida em 1922 e falecida em 1969), famosa atriz estadunidense, também foi alvo de exploração da indústria desde a mais tenra idade, tendo sua história de vida marcada pelo abuso de álcool e drogas, utilizados para que suportasse a exaustiva rotina de gravações.

Mais recentemente, e para demonstrar que a questão da exposição infantil é algo generalizado, citamos o caso da brasileira Vicky Justus<sup>6</sup>, alvo de críticas de *haters*, um deles professor universitário aposentado que afirmou que a criança deveria ser guilhotinada, por ser exposta nas redes utilizando uma bolsa de grife. Embora a crítica se refira ao sistema capitalista, chama a atenção que não há constrangimento dos adultos em desferir discurso de ódio contra uma criança, sequer da família em expô-la nas redes sociais, primeiramente, e, em segundo lugar, incentivando a ostentação de objetos de consumo claramente ligados ao mundo adulto e não à condição de ser criança.

Esses exemplos deixam claro o que a teoria argumenta. As crianças e a infância como um todo estão expostas e são influenciadas por todos os condicionantes sociais que afetam e moldam a vida dos adultos (classe social, etnia, gênero, entre outros), com o agravante de que em relações de poder desiguais, se tornam alvo das ações dos adultos (QVORTRUP J, 2011).

Sendo assim, com o advento das mídias sociais e popularização dos *smartfones*, está ao alcance de qualquer um produzir e veicular a imagem de sua criança, sem qualquer moderação para isso.

No vídeo do influenciador Felca, denuncia-se, ainda, que o comportamento da criança *influencer* acabaria alterando as percepções de realidade, beleza e os padrões de personalidade das crianças espectadoras ou, nos termos dos nossos estudos, as redes sociais criariam novos padrões (não positivos) para a produção das culturas infantis ou de um novo “ser criança” nocivo ao seu desenvolvimento global. As culturas de pares, nos termos de Corsaro WA (2011), passarão a ser produzidas virtualmente e disseminadas em escala global? A nosso ver isso tem como consequência uma profunda alteração do senso de identidade da criança, além de outros transtornos de ordem patológica, como estresse pós-traumático, depressão, ansiedade, entre outros.

Partindo do ponto de vista de que “ser criança” é algo social e historicamente construído, não pretendemos aqui levantar uma bandeira de mera moralização, mas analisar, à luz do que

---

<sup>6</sup> Para saber mais sobre: [https://www.terra.com.br/diversao/gente/psicologa-analisa-discursos-de-odio-sobre-filha-de-roberto-justus-nao-ta-tudo-bem,98a6f6b3ece8fc65693af4a35f9cc5108cfbph9y.html#google\\_vignette](https://www.terra.com.br/diversao/gente/psicologa-analisa-discursos-de-odio-sobre-filha-de-roberto-justus-nao-ta-tudo-bem,98a6f6b3ece8fc65693af4a35f9cc5108cfbph9y.html#google_vignette)

expusemos até o momento, o que provoca esse atual estado de coisas no qual se normalizam padrões de infância bastante dissonantes do comportamento natural da criança. Interessa-nos sim fazer um alerta, do ponto de vista da militância pelos direitos das crianças com relação à desregulamentação das redes sociais, por parte do Estado e do descompromisso da sociedade perante a infância.

Tendo em mente o percurso histórico que trilhamos até este ponto, faz sentido conjecturar que não é um fato novo que as crianças sejam exploradas economicamente e/ou que tenham sua importância diminuída na dinâmica societária (ganham ênfase enquanto são lucrativas e podem beneficiar seu grupo social nuclear, a saber: pais e familiares). Parece-nos que esteja havendo uma espécie de transmutação de valores que sempre fizeram parte da história social da infância. A exploração das crianças, agora trabalhadoras do entretenimento, atualizou-se com requintes tecnológicos, não importando que sejam prejudicadas em seu “ser criança”. Preocupamo-nos com os prejuízos do “agora”, da vivência que está sendo proporcionada às crianças dessa geração, uma vez que estão sendo expostas a danos psíquicos, além do risco a sua integridade física. Lembramos um comentário que o influenciador Felca faz em seu vídeo: os pais estão oferecendo de graça nas redes sociais o que pedófilos pagariam milhões para ter. Em outras palavras, os adultos estão facilitando sobremaneira o acesso daqueles que podem causar perigos às crianças, com sua exposição desmedida e muitas vezes imprópria.

15

Para Corsaro WA (2011), as crianças traçam linhas de fuga diante das imposições adultas e produzem suas culturas de pares reinterpretando os elementos que o mundo adulto lhes fornece. Sarmiento MJ (2004, p.2) complementa dizendo que “As crianças, todas as crianças, transportam o peso da sociedade que os adultos lhes legam, mas fazendo-o com a leveza da renovação e o sentido de que tudo é denovo possível”. Ora, isso não será possível se aniquilarmos as pequenas existências das crianças em sua integridade física e emocional. Refletimos que as crianças vendendo balas nos sinais estão tão desprotegidas e vulneráveis quanto a criança cuja imagem é explorada e quanto a criança sem supervisão nas redes sociais, indefesas diante da investida de abusadores.

A história é prodiga em exemplificar que os adultos do presente são a imagem e semelhança dos adultos das gerações passadas. Ariés P (1986) fala sobre uma espécie de infantilização dos adultos na Idade Média, uma vez que o estudo e o saber não era acessível a todos. Os membros da sociedade contemporânea, em sua maioria (milhões, segundo os likes), parecem cada vez mais afastados das atividades intelectuais, da busca do saber, por sua própria

escolha, aproximando-se do consumo de conteúdo fútil, fácil e ausente de reflexão crítica nas redes sociais.

É um paradoxo que se adultize a criança e se infantilize o adulto, o qual não percebe o absurdo e a consequência de seus atos (virtuais ou não). De um lado, temos aqueles que violentam a infância e, de outro, adultos que não o fazem, mas também não buscam exigir punições, nem alcem o caminho da reflexão, empreendendo medidas de prevenção, embora o discurso de todos seja a necessidade de proteção da infância.

A questão do afastamento dos estudos por parte da maioria da população adulta tem uma consequência muito importante para os abusadores de crianças. Quando pegos, os mesmos podem ser punidos pela lei, mas pouco é feito no sentido de compreender as causas patológicas desse fenômeno, buscando coibi-lo e desenvolvendo soluções para os problemas. Mesmo os estudos que tem a criança como objeto de estudo (com metodologias adequadas) é um campo bastante jovem e que necessita ser expandido. Por isso reafirmamos a importância da produção e veiculação de conhecimento e dos movimentos sociais em defesa das crianças. Pouco sabemos sobre as crianças, seus mundos de vida e muito menos sabemos sobre os adultos que a sociedade está criando.

Apontamos para a permanência das características de gerações de adultos que subjuga a criança, em relações de poder assimétricas, dando pouca importância àquilo que as crianças são e querem realmente (a criança tem sido muito mais o reflexo do que deseja o adulto, em termos de fama, dinheiro e prestígio).

Quanto ao papel do Estado na regulamentação das redes sociais, a história novamente é exemplar em demonstrar que a emergência do capitalismo e do Estado neoliberal são extremamente influentes na desresponsabilização do mesmo. Nas décadas de 80 e 90, quando a televisão era o principal meio de comunicação de alcance das massas, as manhãs eram dominadas pelos programas infantis, patrocinados pela publicidade destinada às crianças.

A proibição da veiculação de anúncios para a criança acabou após a emergência da Resolução nº 163/2014 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA). Em vista da data em que isso foi realizado, concluímos pelo atraso das medidas de proteção à infância, bem como pela existência de décadas de exploração comercial da criança sem que o Estado brasileiro fizesse algo por isso e nem mesmo que a população o exigisse.

Hoje, sob o pressuposto da “liberdade de expressão”, as *big techs*<sup>7</sup> não estavam sendo regulamentadas até a denúncia do *influencer* Felca ter viralizado nas redes sociais, chamando a atenção dos adultos e dos políticos brasileiros. Recentemente, no dia 17 de setembro de 2025, o presidente Luís Inácio Lula da Silva sancionou a lei aprovada pelo congresso nacional, conhecida como “Estatuto da criança e do adolescente digital”, ou “ECA digital” a qual cria regras na tentativa de combater a adultização de crianças no mundo digital, seja por meio de redes sociais, sites, jogos, programas e/ou aplicativos<sup>8</sup>.

Na data de 17 de março de 2026, entrou efetivamente em vigor o ECA Digital. Na prática, pais e responsáveis precisarão de autorização judicial prévia para monetizar ou impulsionar mídias onde sejam expostos filhos menores (valendo para canais de família ou exposição da rotina, de forma geral). Recursos como a rolagem infinita e *autoplay* de vídeos com apelo emocional estão proibidos. A personalização e propaganda para crianças também acabou. As plataformas não podem mais utilizar dados e anúncios direcionados para crianças, ou seus dados de navegação para oferecer conteúdos de seu interesse. A autoridade nacional de proteção de dados vai exigir mecanismos reais de verificação de idade, não apenas definir “tenho mais de dezoito anos” com um clique.

A ideia, em suma, é a de que as plataformas passem a ser moderadoras ativas de comportamento de risco.

Embora pareça um avanço considerável, convém lembrar que a regulação se refere ao conteúdo veiculado. O Congresso Nacional não se mostra tão favorável à medida governamental de regulamentação econômica das *big techs*, a ser enviada em breve ao planalto, evidenciando a impopularidade política de se tentar colocar barreiras ao ganho econômico oportunista da iniciativa externa em um país subdesenvolvido como o Brasil.

## CONCLUSÕES

Refletimos que a análise contextualizada histórica e socialmente do conceito de “criança” e a história social da infância são elementos muito importantes para se compreender as contradições atuais, principalmente porque nosso olhar tem se voltado para a descoberta de quem são nossas crianças, suas características, pensamento e, sobretudo, suas condições de vida.

---

<sup>7</sup> O termo *big techs* se refere às grandes empresas de tecnologia, em especial as cinco gigantes do Vale do Silício: Google, Amazon, Apple, Meta e Microsoft.

<sup>8</sup> <https://g1.globo.com/politica/noticia/2025/09/17/lula-sanciona-nesta-quarta-projeto-da-adultizacao-e-deve-enviar-ao-congresso-proposta-de-regulacao-economica-de-big-techs.ghtml>

Sabendo-se que adultos e crianças são categorias que se reafirmam etária e socialmente, é com grande preocupação que refletimos sobre o descompromisso dos adultos diante da infância, da normalização de padrões nocivos, bem como com a própria caracterização do que os mesmos têm se tornado. É pelas características de quem são os adultos da contemporaneidade brasileira que a internet se tornou “terra de ninguém” durante tanto tempo. Pior ainda, notamos que não existe uma evolução humana, em termos sociais, mas a permanência e generalização da barbárie.

Apontamos para a necessidade de reafirmarmos a importância da luta pela infância e pelos direitos das crianças, mesmo que isso signifique, infelizmente, a reafirmação do direito óbvio de não serem exploradas, coagidas e violentadas por aqueles que deveriam amparar sua condição digna de existência.

Entendemos, por fim, que a pressão pública é a arma mais potente de luta que temos à disposição, sendo aliada ao estudo e à reivindicação de causas justas. Notamos a força que a rede social possui também para o bem, para divulgação da luta pela infância e para a disseminação de conhecimento, o qual não pode permanecer restrito às universidades e aos pequenos círculos dos movimentos sociais. A causa da infância precisa se tornar popular, viral, diríamos. Precisamos reverter a nosso favor o potencial das redes sociais que está sendo utilizado, infelizmente, para negligenciar e colocar em risco as crianças.

## REFERÊNCIAS

ARIÉS P. A história social da criança e da família. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1986.

BAUMAN Z. Modernidade líquida. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

CALZOLARI I; LINDNER J; BALZA G. Lula sanciona nesta quarta projeto da Adultização e deve enviar ao Congresso proposta de regulação econômica de big techs. G1, Brasília, 17 de set. 2025. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2025/09/17/lula-sanciona-nesta-quarta-projeto-da-adultizacao-e-deve-enviar-ao-congresso-proposta-de-regulacao-economica-de-big-techs.ghtml>. Acesso em: 10 de set. 2025.

COHN C. Antropologia da criança. Rio de Janeiro: Zahar. 2005.

CORSARO WA. Sociologia da infância. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2011.

DAHLBERG G, et al. Qualidade na Educação da Primeira Infância: perspectivas pós modernas. Porto Alegre: Artmed, 2003.

DELPRIORE M (org.). História da criança no Brasil. São Paulo: Contexto, 1999.

- FELCA. Adultização. Youtube, 6 de ago. 2025. 49m 56s. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=FpsCzFGL1LE>. Acesso em: 10 de set. 2025.
- FREITAS MC. História social da infância no Brasil. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2003.
- HEYWOOD C. Uma História da Infância. Porto Alegre: ArtMed, 2004.
- JENKS C. Constituindo a criança. Educação Sociedade & Culturas, Porto, nº 17, p. 185- 216, 2002.
- KOHAN WO. Infância: entre a educação e a filosofia. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.
- KRAMER S. A política pré-escolar no Brasil: a arte do disfarce. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2001.
- KUHLMANN JÚNIOR M. Infância e educação infantil – uma abordagem histórica. Porto Alegre: Mediação, 2001.
- LYOTARD, JF. O pós-moderno. Rio de Janeiro: José Olympio, 1986.
- MARCHI RC. Os sentidos (paradoxais) da infância nas Ciências Sociais: um estudo de sociologia da infância crítica sobre a “não-criança” no Brasil. 2007. Tese (Doutorado em Sociologia Política) - Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, 2007.
- MOIMAS JX. Base Nacional Comum Curricular para a Educação Infantil: uma análise a partir das contribuições da história, da normatividade e da Sociologia da Infância. 2021. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília, 2021.
- MOLLO-BOUVIER S. Transformações dos modos de socialização das crianças: uma abordagem sociológica. Educação & Sociedade. Campinas, v. 26, n. 91, p. 391-403, maio/ago., 2005.
- NASCIMENTO MLBP. Como se conduz a pesquisa da infância quando a Educação é mais um campo a compor seus estudos? Currículo sem Fronteiras, v. 15, n. 1, p. 79-93, jan./abr. 2015.
- PAGNI, PA. Infância, arte de governo pedagógica e cuidado de si. Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 35, n. 3, p. 99-123, set./dez., 2010.
- PINTO, M. A infância como construção Social. In: PINTO M; SARMENTO MJ. As crianças: contextos e identidades. Braga: Centro de Estudos da Criança da Universidade do Minho, 1997. p. 31-73.
- QVORTRUP J. Nove teses sobre “infância como um fenômeno social”. Pro-Posições. Campinas: v. 22, n.1, p. 199-211, jan./abr., 2011.
1. Rebecca Rachel. Psicóloga analisa discursos de ódio sobre filha de Roberto Justus: 'Não tá tudo bem'. Terra, 8 de jul. 2025 Disponível em: <https://www.terra.com.br/diversao/gente/psicologa-analisa-discursos-de-odio-sobre-filha-de-roberto-justus-nao-ta-tudo->

[bem,98a6f6b3ece8fc65693af4a35f9cc5108cfbph9y.html?utm\\_source=clipboard](https://doi.org/10.24090/rease.v12n5.2026.98a6f6b3ece8fc65693af4a35f9cc5108cfbph9y.html?utm_source=clipboard). Acesso em: 09 de dez. 2025.

SARMENTO MJ. A Globalização e a infância: impactos na condição social e na escolaridade. In: GARCIA RL. (org.). Em defesa da educação infantil. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

SARMENTO, MJ. As culturas da infância nas encruzilhadas da segunda modernidade. In: SARMENTO MJ; CERISARA, AB (org.). Crianças e miúdos: perspectiva sociopedagógicas da infância e educação. Lisboa: ASA, 2004. p. 9-34.

SARMENTO MJ; MARCHI RC. Radicalização da infância na segunda modernidade. Para uma Sociologia da Infância crítica. Configurações, n. 4, p. 91-113, 2008.

SARMENTO MJ; PINTO M. As crianças e a infância: definindo conceitos, delimitando o campo. In: SARMENTO MJ; PINTO M (org.). As crianças: contextos e identidades. Braga: Centro de Estudos da Criança da Universidade do Minho, 1997. p. 9-30.